



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

CONFERÊNCIA

MACARONÉSIA: LABORATÓRIO DA BIODIVERSIDADE DO ATLÂNTICO

TEMA II: A TRANSIÇÃO PARA A ECONOMIA AZUL E O TURISMO SUSTENTÁVEL

INTERVENÇÃO

A Macaronésia, constituída pelos nossos quatro arquipélagos, assume-se hoje como uma Região relevante e significativa para a economia do mar internacional possuindo, atualmente, um potencial económico reconhecido.

O mar e as atividades económicas que aí se desenvolvem são encarados como cruciais para o crescimento económico dos nossos países, pois geram volumes de negócios anuais de grande relevância. No entanto, e apesar da economia do mar estar a crescer, é consensual que além de todas as iniciativas que se têm vindo a realizar, existe um subaproveitamento nas potencialidades do nosso mar.

Apostar numa Economia Azul é:

- apostar na criação de mecanismos que devem trazer sustentabilidade ambiental e social às atividades económicas



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

tradicionais - como a pesca, os transportes marítimos, os portos, a construção naval, só para referir alguns exemplos - e,

→ por outro lado, prever o desenvolvimento de atividades emergentes, com reconhecido potencial, como o turismo ecológico, a aquicultura ou a biotecnologia.

As diretrizes da União Europeia, relativamente ao “crescimento azul” definem medidas claras para o crescimento sustentável da economia do mar, apresentando planos de oportunidade para desbloquear o potencial inexplorado nas atividades económicas marinhas e marítimas. Na realidade, o essencial será:

- > remover os obstáculos que dificultam o crescimento
- > implementar soluções inteligentes que impulsionem novos subsectores, novos produtos, e acrescentem valor ao setor
- > proteger a biodiversidade marinha e o ambiente.

Os apoios públicos têm um importante papel em todo este processo, especialmente em economias de menor escala, longe dos grandes mercados e dos centros de decisão, como é o caso do arquipélago dos



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

Açores que é também uma Região ultraperiférica no contexto europeu.

O investimento público é essencial quando o tecido empresarial é limitado em termos de capital económico e humano, para promover projetos promissores no quadro da Economia Azul.

É, por isso, importante desenvolver infraestruturas logísticas e de investigação, de formação e treino, que garantam condições onde se alicercem projetos consistentes e sustentáveis. É importante também garantir a aplicação das leis e as condições de segurança jurídica que promovam a atratividade dos nossos territórios para o investimento.

Relativamente aos Açores, o **desenvolvimento de uma Economia Azul** sustentável é a consequência natural do desenvolvimento e progresso socioeconómico do arquipélago e da sua comunidade. No âmbito de Economia Azul gostaria de centrar esta minha intervenção em quatro grandes áreas:

- 1) Ordenamento do Espaço Marítimo
- 2) Importância do Setor das Pescas
- 3) Atividades emergentes
- 4) Formação de Ativos



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

- 1) Nesta estratégia da economia do mar, a Região encara que o ordenamento do espaço marítimo é um dos alicerces que sustentará um sistema consistente, eficaz e sustentável, para além de garantir a necessária segurança jurídica aos investidores que queiram aproveitar as potencialidades marítimas dos Açores, fomentando, conseqüentemente, a criação de riqueza e de emprego.

Assim, é fundamental que se ordene os usos do mar, envolvendo todas as partes interessadas nesse processo, desde os agentes da pesca, do turismo, transportes marítimos e atividade portuária, evitando assim conflitos de uso e promovendo uma articulação perfeita entre a valorização das atividades económicas e a proteção dos ecossistemas marinhos. Nos Açores, esta é uma estratégia que está em fase de preparação com a elaboração do PSOEMA (Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores), que usufrui de financiamento comunitário, através do projeto MarSP – *Macaronesian Maritime Spatial Planning*, através do qual são desenvolvidas ferramentas de ordenamento do espaço marítimo, em estreita cooperação entre os arquipélagos da Macaronésia.

Um exemplo da importância deste ordenamento do espaço marítimo é a criação de Áreas Marinhas Protegidas, que são



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

fundamentais para garantir a sustentabilidade dos recursos naturais:

→ Um caso particularmente interessante e de sucesso, é o da Área Marinha Protegida do Banco Condor. Esse monte submarino começou por ser um importante banco de pesca, com abundâncias excecionais de espécies de peixe como o cherne ou o goraz. Em 2010, por acordo (que é revisto anualmente) entre o Governo dos Açores e os pescadores, o Banco Condor foi fechado à pesca com o propósito de ser estudado, porque é representativo dos ecossistemas submarinos, constituindo-se, assim, como um observatório subaquático que permite, hoje, compreender melhor os efeitos positivos da conservação da biodiversidade para a atividade piscatória.

O Condor é, ainda hoje, intensamente estudado, sendo um importante caso de investigação para a ciência dos montes submarinos a nível internacional. Além disso, é um caso de sucesso de gestão e de comprometimento entre o Governo Regional através da Direção Regional das Pescas, da Direção Regional dos Assuntos do Mar, a comunidade científica e os utilizadores do espaço marítimo.

Os Açores pretendem, a curto prazo, melhorar o funcionamento das várias Áreas Marinhas Protegidas existentes, assim como,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

alargar a cobertura da rede regional dessas áreas. Para isso, a Região está a implementar planos de gestão e a desenvolver metodologias que permitem identificar e designar mais áreas de interesse para a conservação e que possam ser alvo de regulamentação que diminua, principalmente, o impacto das atividades piscatórias.

Esta política permitirá também que a Região alcance as metas internacionais definidas pela ONU (Convenção para Diversidade Biológica - CBD e Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável) e os compromissos assumidos pela União Europeia e Portugal, relativamente à percentagem de cobertura das áreas protegidas eficazmente geridas (10 a 15%).

Este esforço, conta com o apoio logístico de diversos projetos europeus, com destaque para o projeto LIFE IP Azores Natura. O Memorando de Entendimento assinado entre a GRA e a Fundação Oceano Azul, é entendido como uma medida de aceleração desta política regional.

- 2) Mas falarmos em economia do mar, implica, necessariamente, falarmos na importância do setor das pescas. Nos Açores esta atividade é a principal fonte de exploração do mar e tem uma importância relevante pois é uma atividade de elevado valor



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

económico e social, que tem fortes implicações culturais. Atualmente, encontram-se licenciadas perto de 600 embarcações de pesca profissional, que ocupam cerca de 3.000 pescadores. Em 2018, o valor da primeira venda em lota foi de 38 M€, representando a pesca mais de 20% das exportações da RAA. A indústria conserveira dos Açores apresenta, em média, um volume de negócios anual superior a 70 milhões de euros, emprega diretamente cerca de 750 trabalhadores e gera um emprego indireto estimado em mais de 2.000 postos de trabalho. A primeira venda de pescado e a indústria representam cerca de 2% do PIB dos Açores.

O desafio concentra-se agora na criação de valor do pescado em vez de se concentrar em capturas mais elevadas. Garantir a qualidade do pescado permitirá pescar menos e vender melhor, gerando maior rendimento e, conseqüentemente, gerir os recursos existentes de forma a praticar uma exploração mais sustentável.

Além disso, a Região tem promovido medidas concretas para a boa gestão das pescarias e na gestão inteligente da quota de espécies com alto valor comercial, mais especificamente no caso do Goraz e do Beryx, as duas das espécies mais capturadas pelos pescadores Açorianos e que tem por isso grande relevância económica. Para isso apostou-se numa gestão



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

partilhada com as associações e na aplicação de um conjunto de medidas, como a gestão por ilha, por trimestre e por embarcação; no aumento do Tamanho Médio de Captura; na criação de Áreas Marinhas Protegidas, já referidas anteriormente, ou no controlo criterioso das artes de pesca.

O resultado traduziu-se em mais rendimento na primeira venda, maior equidade na distribuição do valor criado e mais pescadores beneficiados. O caso do Goraz é um caso de sucesso uma vez que, depois de fortes cortes nas possibilidades de pesca em 2015, hoje, fruto dessas medidas implementadas, assistiu-se a uma recuperação do stock, cuja monitorização está a cargo da Universidade dos Açores.

Este ano, a Região está a apostar no Atum, espécie emblemática e que é possível valorizar. Para o efeito, há uma grande aposta na formação e qualificação dos pescadores e das associações de pesca.

- 3) Mas, é nas atividades emergentes, como sejam as energias renováveis, a biotecnologia marinha, o turismo, associado ao mar, e a aquicultura que se encontram as principais oportunidades a explorar na Economia Azul.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

Por uma questão de tempo, e de eficácia desta minha apresentação falaria agora apenas do Turismo e da Aquicultura.

3.1) Existe neste momento a plena consciência de que o setor do Turismo experimenta um incremento assinalável, sem paralelo na Região Autónoma dos Açores.

Atualmente os números do Turismo estão a crescer, com uma tendência ascendente muito significativa desde 2015, representando desde esse período um aumento médio anual na ordem dos 16,75%, sendo que no ano de 2018 registou-se um número de passageiros desembarcados superior a 1.600.000 e um valor de dormidas superior a 2.500.000.

No que concerne às atividades turísticas diretamente relacionadas com o mar podemos destacar:

- a observação de cetáceos
- o mergulho costeiro, com tubarões e jamantas e arqueológico
- a náutica de recreio ou
- a pesca de turismo.

Sendo o mar um dos grandes ativos do Arquipélago dos Açores e um dos atrativos mais relevantes para quem nos visita, tem sido uma preocupação constante a sua salvaguarda e proteção. Neste sentido,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

a administração regional têm estruturado um quadro regulamentar para as atividades marítimo-turísticas que, consideramos, permite desenvolver estas atividades de forma reconhecidamente sustentável no panorama nacional e além-fronteiras para além de ter estabelecido um conjunto de regras de acesso e limites de sobrecarga nos principais pontos turísticos dos Açores. (e faria aqui um parêntesis para referir que associado a esta estratégia de um Turismo sustentável e protetor da Natureza, está igualmente uma estratégia ligada às energias renováveis que tem dado passos muito seguros nos últimos anos e com resultados bastante interessantes. Verifica-se, atualmente, nos Açores um crescimento do aproveitamento dos recursos energéticos renováveis e endógenos, através do investimento num sistema constituído por sete parques eólicos, 12 centrais hídricas e duas centrais geotérmicas, operando 21 centrais de produção de eletricidade, representando mais de 37% do total de eletricidade produzida, com a fonte geotérmica a assumir o papel predominante (24%), seguindo-se a eólica e a hídrica).

- Neste contexto, a observação turística de cetáceos é hoje objeto de reflexão entre as entidades governamentais competentes - a Direção Regional do Turismo e a Direção Regional dos Assuntos do Mar - e os operadores, com o objetivo de mantê-la como uma atividade económica, ambientalmente sustentável e



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

em respeito pelo bem-estar animal. Prevê-se, assim, que brevemente uma nova regulamentação possa dar resposta aos novos desafios desta atividade em expansão, e que é um expoente máximo da capacidade dos Açores transformarem uma indústria proibida nos anos oitenta do século passado, numa atividade igualmente lucrativa, aliando antigos vigias e técnicas a uma atividade económica que mantém o foco no animal e na proximidade ao mar.

→ Por outro lado, o mergulho subaquático, como a segunda atividade marítima turística mais relevante, depende fortemente da biodiversidade marinha e do bom estado ambiental dos ecossistemas costeiros e oceânicos.

Atualmente, o Banco Condor, referido anteriormente, instituiu-se como um espaço privilegiado para a prática desta atividade, e assumiu-se como um verdadeiro exemplo de uma área em que decorreu uma transição na exploração marinha - a pesca - que deu lugar ao conhecimento científico, à preservação de um ecossistema excepcional e ao desenvolvimento de atividades turísticas que geram riqueza.

3.2) Outra atividade emergente e que gera grande expectativa para o desenvolvimento da Economia Azul, é a aquicultura.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

O Governo dos Açores tem vindo a apostar no setor da aquacultura para que esta indústria seja uma realidade na Região, através de várias medidas, entre as quais, a criação de áreas pré-definidas para a produção aquícola nas ilhas do Faial, Terceira e São Miguel. A instituição destas áreas resultou do mapeamento de zonas de ambiente costeiro e 'off shore' com potencial para a aquicultura no arquipélago, financiado pela administração regional, o qual é disponibilizado gratuitamente aos empresários interessados. No total, e no âmbito do MAR 2020, a Região tem previstos apoios para a aquacultura no valor de 4 milhões e 800 mil euros, sendo que parte desse valor provem diretamente do Orçamento da Região.

Destaco, ainda, as alterações legislativas em sede de benefícios fiscais em regime contratual que estabelecem condições particulares para as unidades produtivas na área de aquicultura, sendo possível atribuir nos Açores uma majoração de 30% nos apoios destinados aos projetos de aquicultura e de biotecnologia marinha que prevejam a criação de, pelo menos, três postos de trabalho, podendo estes apoios ir até 40%, caso os postos de trabalho sejam altamente qualificados, com formação ao nível de doutoramento.

- 4) Para a criação de oportunidades que desenvolvam a economia do mar, é muito importante apostar na formação das pessoas,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

ao nível das profissões marítimas o que, conseqüentemente, fomentará o aumento do emprego.

Nos Açores, está em fase de conclusão, pelo Governo dos Açores, a “Escola do Mar dos Açores”, que visa a formação e a qualificação dos profissionais das atividades ligadas ao mar, como sejam as pescas, a marinha mercante, operadores portuários, operadores marítimo-turísticos, entre outras. Este é um projeto de cooperação institucional, que integra igualmente a Câmara Municipal da Horta e a Universidade dos Açores, com uma visão alargada e de conjunto na gestão do mar e na política marítima, valorizando o mar enquanto forte potencial económico.

É certo que numa Região marítima como os Açores, a mais marítima da Europa, o desenvolvimento da Economia Azul deve ser encarado como a consequência natural do desenvolvimento e progresso socioeconómico de uma comunidade criativa. Só uma sociedade com literacia, com formação técnica e saber, onde impere um espírito empreendedor e inovador, pode criar as ferramentas para o surgimento de novas ideias. Porque quando falamos de Economia Azul falamos também de criatividade, de determinação e de competência.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

Para terminar, gostaria ainda de destacar um fator de alguma preocupação que será certamente determinante para o desenvolvimento destas estratégias e que implicará uma consciencialização alargada e a responsabilização de todos - falo dos problemas associados ao lixo marinho e, em particular aos resíduos plásticos, que influenciam os ecossistemas marinhos do nosso oceano.

Este é um desafio urgente que implica uma cooperação cada vez maior para controlarmos este fenómeno e poderia fomentar, igualmente, uma troca de experiências entre os nossos arquipélagos.

Nos Açores os dados sobre o lixo marinho têm sido obtidos por uma variedade de projetos, programas e iniciativas, que têm permitido afirmar que hoje somos das Regiões onde o conhecimento sobre este flagelo global é mais consistente sem, no entanto, descurar o que falta ainda conhecer e as necessidades de continuar a investigar e a atuar para mitigar o problema e os seus impactos nos ecossistemas e na sociedade.

O Departamento de Oceanografia e Pescas, da Universidade dos Açores, conjuntamente com o Instituto do Mar (IMAR), tem desenvolvido um extenso trabalho, desde 2013, sobre esta temática, em estreita articulação com a Direção Regional dos Assuntos do Mar, com a Direção Regional das Pescas, com os Parques Naturais de Ilha, com o Observatório do Mar dos Açores e com outras entidades (desde a Porto dos Açores até às associações de pesca). Estas iniciativas estão



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

agregadas no Programa de Ação para o Lixo Marinho dos Açores (PALMA), programa informal definido e acompanhado pela Direção Regional dos Assuntos do Mar para definir uma maior consistência às iniciativas que têm lugar na Região neste âmbito.

As equipas que desenvolvem investigação nesta área têm trabalhado não só ao nível do estudo da prevalência do lixo marinho em zonas marinhas e costeiras, como também ao nível da incidência de plástico em organismos marinhos, em especial em peixes, aves marinhas, cetáceos e tartarugas marinhas.

Graças ao trabalho desenvolvido, sabemos que o lixo das nossas praias é maioritariamente fragmentado, o que sugere que tem origem noutros locais, e que remete a importância destes estudos para um carácter mais global e não apenas local.

Espécies como os cagarros e as tartarugas estão particularmente expostos ao problema do lixo marinho, com mais de 80% dos animais analisados, contendo plástico no seu trato digestivo. O conhecimento atual indica que a incidência de plástico em espécies comerciais de peixes nos Açores é consideravelmente baixa (próxima de 0%).

Estas equipas desenvolvem o seu trabalho quer no âmbito de projetos financiados pela comissão europeia (INDICIT), por outras agências internacionais (Azorlit, IUCN) ou através de prestações de serviço que são contratadas pela Direção Regional dos Assuntos do Mar, que



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

visam cumprir com as suas obrigações no quadro da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha, ou ao nível da Convenção para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste (Convenção OSPAR).

No âmbito desses projetos, essas equipas coordenam o seu trabalho com a administração regional dos Açores e com diversas entidades internacionais, como a Universidade de Exeter, no Reino Unido, o IFREMER, em França, o CSIRO, na Austrália ou a NOAA, nos Estados Unidos da América.

A investigação nesta área começa agora a clarificar este problema, mas a perguntas são ainda muitas e é hoje convicção da administração regional que o esforço para compreender melhor e para mitigar o crescimento deste fenómeno e os seus impactos deve continuar. É expectável que em 2019 a Região, em parceria com outras entidades, como é o caso da Madeira e Canárias, veja aprovados outros projetos dedicados ao lixo marinho, nomeadamente no quadro dos fundos Interreg-MAC.

Para além de todos os desafios que descrevi, a requalificação de portos e marinhas e de outras infraestruturas portuárias, a adaptação legal às necessidades atuais, ou a aplicação de fundos estruturais com critérios definidos e mensuráveis, são alguns exemplos do trabalho



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

que tem sido desenvolvido pelos Açores no apoio ao incremento da importância da economia do mar no contexto da economia regional.

Para as nossas Regiões, e enquanto arquipélagos, o mar é o nosso maior potencial, com recursos naturais abundantes e com matéria-prima que é nossa. É por isso acrescida a nossa responsabilidade na proteção desse mesmo mar e na sustentabilidade do ambiente marinho e das suas espécies.

Assim, pensar no desenvolvimento da Economia Azul, suas potencialidades e principais desafios será sempre indissociável de uma estratégia de sustentabilidade e proteção ambiental a bem do desenvolvimento económico e social das nossas Regiões e a bem do futuro das gerações seguintes a quem devemos, e temos a obrigação, de deixar um mundo melhor.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS
AÇORES

Ana Luísa Luís